

## Resenha

SOUZA, André Ricardo de. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária**. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2013.

Marcos Vinicius de Freitas Reis\*

O livro resulta da tese de doutorado defendido por André Ricardo de Souza no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), em 2006, com o auxílio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A obra apresenta uma riquíssima análise da relação entre a Igreja Católica, o governo petista e os empreendimentos de economia solidária.

O autor atualmente é docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), desenvolvendo pesquisas em torno da relação entre política, filantropia e religião. Possui vínculos com os empreendimentos de economia solidária a partir de sua participação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária e na incubadora de Economia Solidária ligada a UFSCar.

São muitas contribuições da obra para o entendimento da inserção da economia solidária no Brasil, a partir da atuação de alguns segmentos progressistas da Igreja Católica. Empreendimentos que cresceram significativamente com apoio dos governos petistas (Lula e Dilma) e com a atuação de outros segmentos da sociedade.

Do ponto de vista histórico, os empreendimentos solidários consolidam no Brasil após o processo de redemocratização. Contexto no qual os brasileiros passam por diversos problemas sociais, dentre eles: violência, desemprego, miséria, fome, analfabetismo, corrupção na gestão pública e várias formas de desigualdade social.

Conforme o estudo de André Ricardo de Souza, neste contexto, grosso modo, esse “novo setor” da economia apresenta um modelo de serviço para amenizar os problemas sociais vivenciados pela população pobre. Problemas em geral oriundos do capitalismo selvagem. O referido modelo se baseia nas chamadas atividades autogestionárias (as decisões são tomadas de forma coletiva) e no corporativismo (forma de organização econômica surgida na Europa na virada do século XVIII e XIX).

---

\* Professor do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente da Especialização História e Historiografia da Amazônia da UNIFAP. Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP-UFSCAR/CNPq). Pesquisador do Observatório em Direitos Humanos da Amazônia (OBADH-UNIFAP/CNPq) e Líder do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP/CNPq).

A obra é dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo o autor contextualiza o surgimento das atividades autogestionadas no Brasil e no mundo. O destaque vai para o pioneirismo dos padres na região de Mondragon, na Espanha, e para as primeiras iniciativas nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo aborda a construção histórica da noção de caridade no interior da Igreja Católica. A caridade sempre foi inerente à prática católica. Desde a Idade Média a ajuda aos pobres era remetida a trabalhos assistencialistas. Instituições religiosas inauguraram hospitais, creches, escolas, orfanatos, obras de caridade, escolas de futebol com o intuito da promoção humana das camadas populares.

Tais iniciativas estavam atreladas ao projeto de romanização idealizado pela Igreja Católica, porém incentivado de forma peculiar a partir do século XIX. Por meio das obras havia uma tentativa da implantação da moral católica na vida diária das pessoas e na centralização política-administrativa em Roma. O grupo assistencialista que mais se destacou foram os Vicentinos. Em pouco tempo esses se organizaram institucionalmente em diversos países do mundo.

Segundo Souza, na virada do século XIX e ao longo do século XX, a noção de caridade passa ter outro significado. Atrelada à noção de justiça social, a caridade passou a ser vista como algo ligado: à defesa dos direitos humanos, à luta contra a corrupção na arena política, à ampliação dos direitos trabalhistas e às formas de participação política voltadas para diminuir as desigualdade sociais.

Neste contexto, o autor aponta que a Igreja Católica desenvolveu o seu pensamento na questão social. Diversas encíclicas foram escritas para combater as várias formas de comunismo e de capitalismo selvagem, defendendo harmonização entre as classes, a propriedade privada, o avanço nos direitos dos trabalhadores, o fim da corrupção no Estado, a justiça social e os direitos humanos.

Várias entidades ao longo do século XX ligadas ao catolicismo surgiram na luta por melhoras sociais. Podemos citar como exemplos: os Círculos Bíblicos, a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Ação Católica, e a criação em 1952 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela articulação do Bispo Dom Hélder Câmara.

No terceiro capítulo é aprofundada essa nova visão caritativa a partir da atuação das Cáritas no Brasil e no mundo. Órgão ligado a CNBB que fomenta iniciativas comunitárias de cunho não assistencialista e sim “libertador”. O autor contextualiza a

atuação dessa instituição entre as décadas de 1950 e 1980. Neste capítulo de *Os laços entre igreja, governo e economia solidária* são descritas as atividades sociais no Nordeste e no Norte do Brasil, sua organização burocrática, captação de recursos e a relação com o clero católico.

O quarto capítulo, analisa atividades autogestionárias desenvolvidas em áreas urbanas e rurais no Brasil. ONGs, fóruns de articulação econômica e política, pastorais sociais que possuem a participação da militância católica progressista e que ajudam no desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária.

No quinto capítulo é destacado o apoio do governo Lula aos empreendimentos solidários. Aborda a criação de instituições governamentais federais para a normatização das atividades de economia solidária. Uma dessas instituições é aquela dirigida pelo economista da USP Paul Singer. Investimentos são feitos no setor e percebemos relativo crescimento desses empreendimentos.

O capítulo ainda traz uma importante discussão sobre a presença da esquerda católica no governo Lula. Sabemos que o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1979 com o apoio de vários setores progressistas da Igreja Católica. Partido esse que nasce da base popular e não de cisões entre grupos políticos que ocupam a máquina estatal. Militantes vindos desta base — como Patrus Ananias, Tião Viana, Marina Silva, Benedita da Silva e Gilberto Carvalho — ocuparam cargos estratégicos de primeiro e segundo escalão do governo.

Outro exemplo apresentado em *Os laços* da militância católica esquerdista no governo Lula foi o trabalho prestado pelo dominicano Frei Betto. Por pouco tempo ele coordenou o programa *Fome Zero*, que tinha o objetivo de diminuir a fome e a miséria no Brasil, por meio da distribuição de mantimentos a famílias pobres, e que foi também um elo do governo federal com os movimentos sociais.

A relação entre a esquerda católica e Lula gradativamente foi piorando pelas posturas tomadas pelo governo petista. A esquerda católica passou a perceber os projetos sociais do governo como assistencialistas e não libertadores, atendendo aos interesses do capital estrangeiro e não implantando as reformas de base. Passou-se a afirmar que a política econômica era a mesma desenvolvida pelo PSDB, e que as mazelas sociais permaneciam crescentes.

No tocante a relação com a CNBB, Lula nas reuniões dos bispos sempre reafirmava sua identidade católica e de agente comprometido com as causas sociais.

Porém, escândalos de corrupção, dentre eles o mensalão, a transposição do Rio São Francisco, e as exigências de bandeiras moralizantes (contra o aborto, casamento gay, eutanásia) levaram a deterioração nas relações dele com os bispos católicos.

No sexto e último capítulo, o autor discorre sobre os principais desafios vivenciados pelo catolicismo no Brasil. Muitas questões tratadas nos outros capítulos são retomadas e aprofundadas, sobretudo a questão da relação da Igreja Católica com a questão partidária.

Em boa parte da história política brasileira, os católicos se mantiveram em uma situação confortável. Até a Constituição de 1891, no advento da República, eles gozavam de privilégios previstos por lei, constituindo, assim, quase o monopólio religioso e evitando a concorrência com outras Igrejas.

Ao longo do século XX, com o processo de secularização, a modernização, democratização, a expansão do ideário comunista, o ateísmo e a conquista do exercício da liberdade de expressão e religiosa pelos grupos sociais, as pessoas começaram a romper com o catolicismo e a procurar outros credos religiosos que se adequassem aos seus interesses.

Para combater a expansão dos seus concorrentes religiosos, a Igreja Católica se viu na obrigação de mudar a sua forma de se relacionar com a sociedade. O ápice disso foi o Concílio Vaticano II (1962-1965), no qual os bispos do mundo inteiro definiram que a Igreja deveria dar mais espaço para a participação das pessoas nas atividades promovidas pelos clérigos e incentivar os trabalhos com as camadas mais pobres.

A partir disso, vários movimentos conservadores e progressistas surgiram, com a iniciativa dos membros católicos, e começaram a ganhar espaço na sociedade e a simpatia de muitos padres e bispos, sobretudo, na América Latina. Podemos citar o exemplo da Teologia da Libertação, nascida na década de 1960, que teve como principal líder Leonardo Boff. Tal corrente de atuação, influenciada por pressupostos marxistas, tinha como objetivo diminuir as desigualdades sociais surgidas com o sistema capitalista.

Segundo Souza, com o início do Pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005), a ala conservadora ganhou destaque e todas as iniciativas progressistas foram desencorajadas ou proibidas. Vários documentos foram publicados pelo Vaticano, proibindo ou “orientando” os grupos ligados à Teologia da Libertação para que parassem suas atividades ou mudassem a forma de trabalhar. Neste contexto, a

Renovação Carismática Católica, movimento de cunho conservador, ganhou incentivo por parte de algumas alas do clero católico e tornou-se a aposta para combater a ala progressista e o crescimento de outros grupos religiosos. A RCC chegou ao Brasil, na década de 1970 e, nos dias atuais, já conta com milhões de participantes.

A RCC constitui, hoje, uma das poucas iniciativas católicas que conseguem realizar eventos que reúnem milhares de pessoas. Ela detém a propriedade de diversos meios de comunicação (como a TV Canção Nova e a TV Século XXI) e, para aumentar o seu poderio, no Brasil, insere seus integrantes nos diversos cargos políticos, com o intuito de expandir suas atividades e propor projetos de lei ligados à moralidade católica, atividade semelhante à de alguns grupos evangélicos.

Podemos perceber que, além de interesses internos dos carismáticos na participação política, isto traz benefícios para toda a Igreja Católica. Seus representantes nos cargos do executivo e legislativo conseguem manter a presença católica na política nacional e ainda buscam recuperar a supremacia católica na sociedade ameaçada pelos religiosos pentecostais.

O Papa Bento XVI preocupou-se com a questão numérica de católicos em torno do mundo. Estudos têm demonstrado um crescimento significativo do número de islâmicos e pentecostais e um desinteresse das pessoas pelas práticas católicas. Aliado a isso, o Papa tem enfrentado duras críticas dos grupos não religiosos: foi taxado de conservador, retrógrado e atrasado perante as circunstâncias da modernidade vivenciada pela sociedade. O *boom* de casos de pedofilia ligados a padres e bispos que se envolveram sexualmente com crianças e que foram denunciados pela mídia tem afastado muitas pessoas da Igreja e contribuído para aumentar a imagem negativa dos católicos no mundo.

Com a eleição do Papa Francisco, a imagem pública da Igreja Católica tem mudado. Tentando promover reformas administrativas e inserir a mentalidade de uma Igreja para os pobres, o papa da Argentina tem ganhado a simpatia da opinião pública. Outra questão importante é a retomada do diálogo e a valorização de setores ligados a teologia da libertação.

Neste contexto, o livro *Os laços entre igreja, governo e economia solidária* nos traz importantíssimos elementos para compreendermos a atuação da esquerda católica nos dias atuais. O autor elege como objeto de sua pesquisa os empreendimentos solidários desde a sua gênese possuem ligação com setores progressistas católicos.

Percebemos nas análises do autor simpatia com as atividades autogestionárias, pastorais sociais e militantes da esquerda católica. Em algumas vezes, percebe-se referência valorativa a lideranças do clero católico e a exaltação do papel dessas entidades na construção de um Brasil mais justo.

Artigo recebido em: 01.10.2013

Aprovado em: 15.12.2013